

O Terceiro Setor e o Serviço Social: breves reflexões sobre a conjuntura

Intersetorialidade das políticas sociais e as condições de trabalho das assistentes sociais

Brenda Costa¹

Carolina Peroni²

Lucas Brandão³

RESUMO: O presente trabalho é resultado de uma avaliação da disciplina de Processo de Trabalho II, cursada no segundo semestre de 2016. O tema abordado é Terceiro Setor e Serviço Social e o grupo fez um levantamento bibliográfico a partir da bibliografia sugerida na ementa. “Analisou, também, um discurso de apresentação de um Programa do Governo Federal, chamado Criança Feliz”, na qual a primeira-dama, Marcela Temer, foi porta-voz.

Palavras-chave: neoliberalismo – política social – terceiro setor – programa criança feliz

Introdução

As organizações privadas não lucrativas abriram mais um campo sócio ocupacional para o assistente social. Segundo Alencar (2009, p. 1) a década de 1990 trouxe uma redefinição do papel do Estado no Brasil e suas relações com a sociedade, com isso acabou por delinear novas margens para o mercado de trabalho desse profissional, bem como novas atribuições, funções, requisitos e habilidades, contando com novas configurações das condições e relações de trabalho e autonomia profissional.

Essas transformações vieram no bojo de governos neoliberais que impunham novas tarefas para o Estado, conjuntamente a uma ideologia que tem afinidade com essas mudanças, a fim de garantir a manutenção da reprodução social, intensificando a exploração da classe trabalhadora. O Estado, nesse momento importa novas funções diante da relação entre capital e trabalho.

¹ Estudante de Serviço Social na Universidade Federal Fluminense campus Rio das Ostras. Email: brennacostarj@gmail.com

² Estudante de Serviço Social na Universidade Federal Fluminense campus Rio das Ostras. E-mail: carolinarosf@gmail.com

³ Estudante de Serviço Social na Universidade Federal Fluminense campus Rio das Ostras. E-mail: brandao_lcs@hotmail.com

Para ALENCAR (2009, p. 7):

Nesse cenário de redefinição do papel do Estado, observa-se a transferência de uma considerável parcela de serviços sociais para a sociedade civil. Na verdade, está-se diante da desresponsabilização do Estado e do Capital com as respostas da ‘questão social’. Este deslocamento engendra o retorno de práticas tradicionais no que se refere ao trato das condições sociais no verdadeiro processo de refilantropização da questão social, sob os pressupostos da ajuda moral próprias das práticas voluntaristas, sem contar a tendência de fragmentação dos direitos sociais.

Como é sabido, o Brasil viveu por um momento de ditadura empresarial-militar, que teve seu início no ano de 1964 do século passado e se estendeu até finais da década de 80. A Constituição Federal de 1988, promulgada em 5 de outubro, foi fruto do processo de redemocratização brasileira. Neste documento, que é um conjunto de leis que rege o ordenamento jurídico do país, reuniu-se parte das demandas sociais encapadas pelos setores progressistas que estavam em pleno momento de grande articulação. Os governos seguintes adotaram políticas que não caminhavam na direção de materializar os princípios garantidos constitucionalmente, dando lugar à privatização do Estado e defesa do livre mercado, com o Estado intervindo, sobretudo nas camadas mais miseráveis da população. Um Estado mínimo para as políticas sociais e máximo para o capital (NETTO, 1993 in: ALENCAR, 2009)

O terceiro setor, a ofensiva neoliberal e os direitos sociais em risco

O termo “Terceiro Setor” se consolida enquanto conceito nos Estados Unidos em 1978 por John D. Rockefeller, e surge no Brasil através da Fundação Roberto Marinho. O termo foi apresentado ao redor do mundo por empresas e intelectuais ligados à burguesia. Apesar de este termo só começar a ser utilizado neste período, não há conhecimento de uma data definida em que as organizações deste setor passaram a surgir, uma vez que há relatos na história de organizações que poderiam se encaixar nesta definição.

Sobre o terceiro setor Montañó questiona:

Surgiu na década de 80, numa construção teórica, com a preocupação de certos intelectuais ligados a instituições do capital por superar a eventual dicotomia público/privado? Teria data anterior, nas décadas de 60 e 70, com o auge dos chamados “novos movimentos sociais” e das “organizações não-governamentais”? Seria uma categoria vinculada às instituições de beneficência, caridade e filantropia, dos séculos XV a XIX (ou no Brasil, com as Santas Casas de Misericórdia, Cruz Vermelha etc.)? Sua existência data da própria formação da sociedade, conforme os contratualistas analisam? (Montañó, 2007, p. 55 in LINHARES, 2011, p. 1 e 2)

Não é consenso entre as(os) pesquisadoras(es) sobre todas as organizações e instituições que se encaixariam dentro deste setor, porém podemos apontar as “[...] organizações não governamentais, organizações 'sem fins lucrativos', instituições filantrópicas, associações, empresas ditas 'cidadãs', entre outras, e ainda, sujeitos individuais, sejam eles voluntários ou não.” (LINHARES, 2011, p. 3).

O 'terceiro setor' é considerado um setor 'não-governamental', 'não lucrativo' e 'esfera pública não-estatal' materializado pelo conjunto de 'organizações da sociedade civil consideradas de interesse público. (ALENCAR, p. 8)

O terceiro setor se consolida, não por acaso, em um período de contrarreforma do Estado, quando o capital passa a exigir do Estado a diminuição de sua intervenção, se opondo a configuração do Welfare State, com o objetivo de reconfigurar o capitalismo mundial rumo ao neoliberalismo.

No Brasil, a ofensiva neoliberal protagonizada pelas classes dominantes chegou na virada dos anos 90:

[...] desde o início da década de 1990, o Brasil passou a seguir o receituário neoliberal, promovendo a inserção da economia numa ordem globalizada, a privatização do Estado, a redução dos gastos sociais, desenvolvendo, em suma, políticas econômicas com impactos negativos sobre as condições estruturais da produção e do mercado de trabalho. A orientação da política econômica do país apontou, por um lado, para a contrarreforma do Estado, considerando o responsável pela crise econômica brasileira e, de outro, para a abertura financeira e comercial da economia, sob os pressupostos da soberania do mercado. (ALENCAR, p. 6)

Durante o processo de implementação do neoliberalismo uma série de medidas são adotadas para que as grandes empresas possam lucrar mais, sem nenhuma interferência do Estado, se comprometendo em estabilizar a economia e tirando a responsabilidade do Estado.

O terceiro setor se firma e se expande neste contexto de diminuição das responsabilidades sociais e econômicas do Estado, deixando um estratégico vácuo nas políticas sociais que abre espaço para entidades filantrópicas, ONGs, e demais organizações que se encaixam no terceiro setor.

As políticas sociais desenvolvidas pelo terceiro setor retomam um período anterior ao reconhecimento ao Estado enquanto responsável por tratar as expressões da “questão social”, passando a responsabilidade para a “sociedade civil” que irá responder a estas demandas

através de filantropia e práticas caritativas. Deslegitimando então, direitos que foram conquistados pela classe trabalhadora através da luta por seu reconhecimento pelo Estado.

Nesse ponto, aponta-se a transferência dos serviços sociais para a sociedade civil, sob o discurso ideológico da "autonomia", "solidariedade", "parceria" e "democracia", enquanto elemento que aglutinam sujeitos diferenciados. No entanto, vem se operando a despolitização das demandas sociais, ao mesmo tempo em que desresponsabiliza o Estado e responsabiliza os sujeitos sociais pelas respostas às suas necessidades. [...] Nesse contexto, observa-se um profundo deslocamento quanto aos direitos sociais agora transmutados em "direito moral", sob os princípios abstratos da "ajuda mútua" e "solidariedade" (ALENCAR, 2009, p.455-456).

O Serviço Social no terceiro setor

Esse processo de desresponsabilização do Estado e a despolitização da 'questão social' proporcionou a ampliação de instituições privadas de fim não lucrativo, assim como de instituições filantrópicas. Expande-se, então, este campo como espaço sócio ocupacional que o assistente social é chamado a intervir.

Isso se faz necessário pelo fato dessas instituições surgirem como forma de dar respostas as expressões da questão social, dessa forma sendo o(a) assistente social o(a) profissional que, na divisão sociotécnica do trabalho, se insere no contexto que busca mediar a relação capital versus trabalho (onde se encontra o cerne da questão social), os serviços prestados por essas instituições irão demandar a atuação de assistentes sociais, se configurando esse espaço como um dos campos de atuação profissional. (LINHARES, 2011, p. 7)

O terceiro setor se configura como consequência da transferência de responsabilidade do Estado com as expressões da questão social. O Estado, então, passa para o terceiro setor essa responsabilidade, que vai configurar novas demandas e novos espaços sócios ocupacionais para o Assistente Social.

Nesse contexto as políticas sociais sofrem alterações na sua orientação e funcionalidade: o que é de obrigação do Estado e direito do cidadão passar a ter uma visão voltada para o princípio da ajuda, e conseqüentemente a atuação do Assistente Social, assim como suas demandas, também sofrem alterações. Os atendimentos nesse segmento têm como característica o atendimento voltado para grupos e segmentos sociais específicos, fazendo com que os sentidos e resultados sociais sejam bem distintos, interferindo assim na atuação do Assistente Social. Sendo o Estado seu maior empregador, a diminuição de gastos com o social ocasiona em políticas sociais sucateadas, precarização das condições de trabalho, fragmentação dos serviços e diminuição de postos de trabalho para o Assistente Social. O vínculo empregatício nesse setor se configura como precário, predominando a flexibilização

das relações contratuais, jornada de trabalho de tempo parcial, baixos salários, alta rotatividade de emprego.

Apesar de todas essas dificuldades, o Assistente Social comprometido com seu código de ética tem competência para atuar nesse setor e encontrar dentro de suas possibilidades estratégias para que sua atuação não reproduza simplesmente o que a instituição impõe. Uma atuação na qual a ação profissional vá além do imediato, voltada para a viabilização de direitos.

Análise dos discursos públicos do Governo Federal

Discurso de Marcela Temer no lançamento do programa ‘Criança Feliz, em 5 de outubro de 2016

A primeira-dama Marcela Temer foi convidada por seu marido, que até então era presidente interino, a assumir a ‘área social’, segundo o jornal O Globo (01/09/2016). Nas palavras de Michel Temer: “Ela virá para a área social. Vai trabalhar intensamente” declarou, reforçando que ela é advogada e muito preocupada com as questões sociais. Segundo a matéria do O Globo um auxiliar presidencial afirmou: “Como já foi dito há alguns meses pelo presidente, Marcela assumirá seu primeiro desafio no governo atuando neste programa social. É mãe e tem todos os predicados para ajudar nesta área”.

O governo de Michel Temer tem implementado de forma mais radical as políticas neoliberais, comparada ao anterior governo petista. A escolha por deixar a primeira-dama responsável por pautas de políticas sociais, sem que ela tenha uma formação técnica para o caso e ainda justificado por ela ser ‘mãe’ evidencia a despolitização com que a área é encarada, sendo uma das investidas da ideologia neoliberal.

Outra questão é a postura pública de Marcela Temer. Quando Dilma assumiu a presidência a imagem a ser passada, através de sua vestimenta, era de uma mulher forte, apta ao cargo esposa do vice-presidente. Posteriormente, com Temer na presidência a imagem mudou, e no lançamento do programa ‘Criança Feliz’, na qual ela é embaixadora realizando

‘trabalho voluntário’, a imagem que pretendia ser passada era de ‘moça boazinha’ que ‘ajuda os outros’.



Figura 1: Posse de Dilma (Reprodução: IG)



Figura 2: Lançamento do programa ‘Criança Feliz’ (Reprodução: O Globo)

Em seu discurso, Marcela apresenta alguns elementos que servirão para a análise sobre a ideologia neoliberal, o papel do Estado e a ‘sociedade social’. Após cumprir o protocolo de cumprimento aos presentes, ela inicia: “Quem ajuda os outros muda histórias de vida, por isso fico feliz em colaborar com causas sociais do nosso país” (TEMER, M. 2016). O verbo ‘ajudar’ utilizado propositalmente faz jus ao ideário neoliberal de despolitização das políticas sociais, entendendo-as como favor e não como direito constitucionalmente garantido. Ou seja, esta tarefa é repassada para a “sociedade civil”, e a responsabilidade de responder as expressões da “questão social” é transformado em mercadoria, o fato ocorre de forma despolitizada.

“Cada brasileira, cada brasileiro, desde a gestação importa para o desenvolvimento do Brasil” (TEMER, M. 2016). Coloca-se aqui um questionamento: Cada brasileiro é importante por conta do desenvolvimento do Brasil? Por isso as pessoas são importantes? E qual desenvolvimento é esse? Marcela Temer se refere ao papel que cada um tem dentro do modo de produção capitalista vigente na sociedade brasileira, na qual existem aqueles que terão condições objetivas para desenvolver suas potencialidades humanas e outros que são restritos a no máximo constituir o exército industrial de reserva.

“As nossas responsabilidades aumentam a cada dia, e os desafios também. Meu trabalho será voluntário para mobilizar e sensibilizar setores da sociedade em torno de ações que possam garantir melhoria na vida das pessoas” (TEMER, M. 2016). Essa frase não só marca explicitamente a transferência da responsabilidade do Estado na garantia dos direitos sociais, como também os nega. Ademais, ocorre conforme o ideário neoliberal a

refilantropização da “questão social” sob os pressupostos da ajuda moral das práticas voluntaristas. (ALENCAR, 2009 p. 7)

Começo pelo apoio ao que acredito ser uma das bandeiras mais relevantes e com maior resultado a médio e longo prazo: os cuidados e estímulos ao desenvolvimento das crianças durante a primeira infância. O momento mais importante para a organização das habilidades e as competências humanas são os primeiros anos de vida. (TEMER, M; 2016)

Esses ‘cuidados e estímulos’ propostos pelo programa são insuficientes para garantir um pleno desenvolvimento de suas potencialidades, como acreditamos e defendemos irrestritamente a liberdade nesse sentido.

É nesse período que nossos filhos percebem que são amados e aprendem a amar. Esse sentimento os guiará por toda a vida. Cada vez que beijamos nossos filhos pequenos, que conversamos com eles, cada vez que os carregamos nos braços, que lemos uma história ou que cantamos uma canção de ninar estamos ajudando no seu desenvolvimento. (TEMER, M; 2016)

A realidade objetiva das famílias mais pauperizadas – que serão as usuárias do programa – as mães e pais não tem tempo para se dedicar a seus filhos, pois estão ocupados trabalhando para garantir o sustendo da família. Outra questão é a proposital falta de análise da realidade nacional, reforçando o machismo, e escondendo a veracidade dos fatos: a maioria dessas famílias é chefiada por mulheres, por caber a ela a reprodução social em nossa sociedade patriarcal e capitalista. Segundo análise de BRITO e COSTA (2014):

A chefia familiar feminina se localiza com maior intensidade entre os grupos sociais mais pobres, frequentemente formados por família monoparentais. Nesse universo de famílias chefiadas por mulheres, 11,7% dos domicílios urbanos em favelas são chefiados por mulheres brancas, enquanto 26% deles são chefiados por mulheres negras.

As autoras concluem:

Por isso, é evidente a importância de se incluir as discussões de gênero, cor e raça, nos programas de combate à pobreza e de incentivo ao desenvolvimento social.

Infelizmente, mas não por acaso, esse tipo de discussão não entrará no que se propõe o programa Criança Feliz, pois ele se reduz a culpabilizar e responsabilizar integralmente as famílias – nesse caso as mulheres mães - pela criação dos filhos.

“O que nós, mães, percebemos instintivamente tem sido comprovado pela ciência: nós, pais cuidadores, influenciamos de forma decisiva a criança nos seus primeiros anos de vida.” Esse

trecho explicita a naturalização do papel da mulher, colocando a condição de mãe como ‘instinto natural’ e, novamente, as responsabilizando.

“Cercada de carinho e cuidados específicos desde a gravidez uma criança terá mais possibilidades de aprendizado quando chegar à escola. Os cuidados na primeira infância, por exemplo, ajudam a inibir o comportamento agressivo e violento na adolescência. Dessa forma, esse adolescente se tornará um adulto mais preparado para a vida.” Nesse momento ela, ao passo que omite todas as questões objetivas que garante um bom desempenho da criança na escola (vaga na escola, alimentação adequada, uniformes etc.). Ela reforça a responsabilidade das mães, e condena as expressões da “questão social” mais violentas que são cometidas os jovens, inclusive as manifestações de insatisfação dadas pela juventude, tentado pacificá-las.

“O programa Criança Feliz, senhoras e senhoras, na sua plenitude atenderá ao longo do tempo milhões de pequenas e pequenos que já são atendidos pelo programa Bolsa Família. É isso que o Brasil espera de nós: compromisso no presente para que o futuro de todos seja melhor.” E termina com um chamado à ‘sociedade civil’ para essas questões, invisibilizando dos direitos sociais, e transferindo qualquer responsabilidade do Estado para as refrações da ‘questão social’ que são mais latentes. Esse é o exemplo clarificado dos objetivos deste governo que responde piamente à ideologia neoliberal e tenta transmiti-la através de medidas como essa para todos e todas, mas principalmente à classe trabalhadora.

Referências bibliográficas

ALENCAR, Mônica. O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. (Publicação: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS V. 1) Brasília, CFESS/ABEPSS, 2009. pág. 449-460.

BRITO, Jussara G; COSTA, Elenice R. Titularidade feminina no programa Bolsa Família: Questões de gênero e segurança alimentar. Publicado in Revista Tropos: Comunicação, Sociedade e Cultura. 2014.

LINHARES, KLEYLENDIA. IPEA. CODE. Anais do I Circuito de debates acadêmicos. Desafios contemporâneos acerca do Terceiro Setor e Serviço Social: entre o novo trato da questão social e a negação da solidariedade de classe. UFRN. 2011.

Figura 1: ÚLTIMO SEGUNDO IG

Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/mulher-de-temer-se-destaca-em-posse-de-dilma/n1237905707801.html>> Acesso em 10 jan. de 2017.

Figura 2: Globo.com

Disponível em: <<http://ego.globo.com/moda/noticia/2016/10/marcela-temer-usou-vestido-de-r16-mil-em-evento-social-em-brasilia.html>> Acesso em 14 maio de 2018.

Canal do YouTube 'Palácio do Planalto': *Embaixadora do Criança Feliz, Marcela Temer afirma que é preciso compromisso com o presente.* Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nZ_G8WEzTQE> Acesso em 14 maio 2018.